

**O PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR DA GLEBA CELESTE,
NA FRONTEIRA AGRÍCOLA**

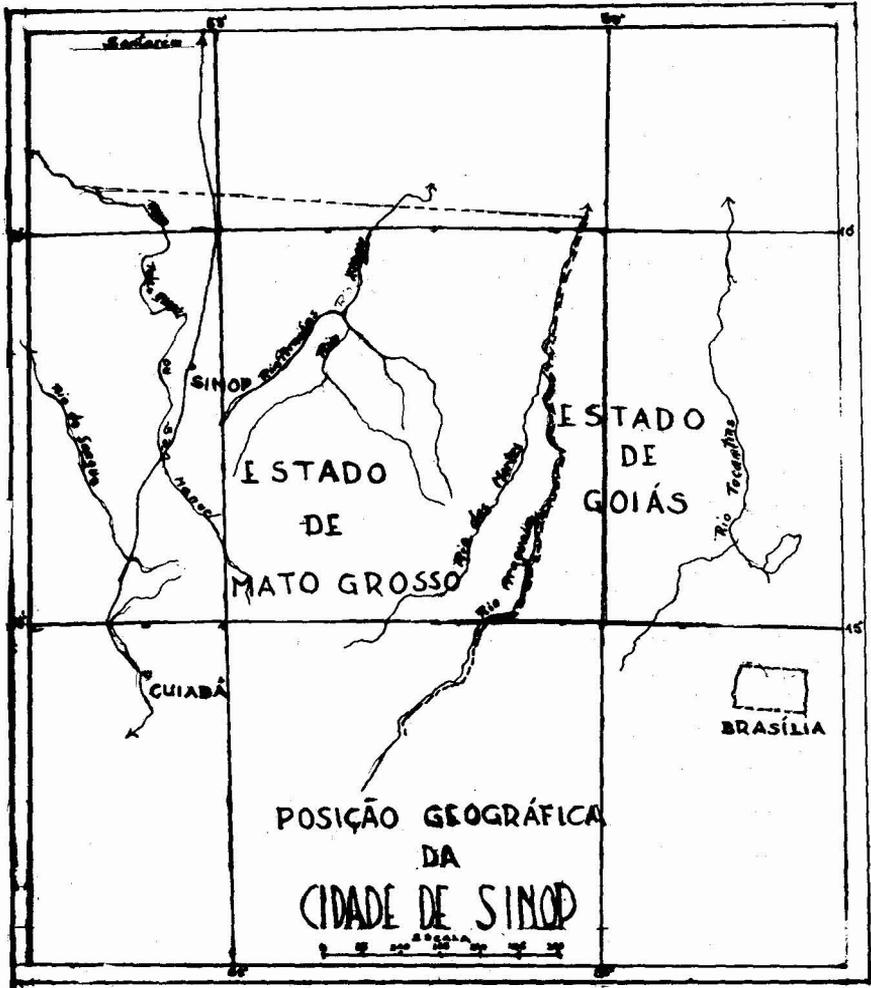
Marília L. Peluso de Oliveira*

1. Introdução

O município de Sinop, no norte do Mato Grosso, criado em 1979, às margens da BR-163, deve sua origem a um projeto de colonização particular, instalado na Gleba Celeste (mapa nº 1). A colônia agrícola aí implantada não é a única e talvez não seja o mais típico exemplo de colonização particular nas áreas brasileiras de fronteira agrícola, mas o estudo desse caso específico ilustra, bastante bem, três aspectos¹:

- 1) a maneira como a base produtiva implantada se modifica continuamente para fazer frente aos vários estímulos emitidos pelo governo federal, organizando a força de trabalho do colono e sua família;
- 2) como se organiza uma administração que abrange as mais importantes facetas produtivas da colônia, formando um sistema bastante eficiente de produção e distribuição

*Professora do Departamento de Geografia da UnB.



de mercadorias, voltado para a extração do trabalho excedente do colono. A este sistema, que visa maximizar os lucros, mantendo o controle do processo produtivo, chamaremos de gestão da base produtiva;

- 3) como uma massa rural, formada de camponeses, se articula aos processos acima, mantendo suas características de campesinato ou se incorporando à base urbana, migrando continuamente em busca das condições de sua reprodução.

Estes três aspectos, evidentemente, não podem ser vistos em separado. Formam sistema de relações sociais que engloba produção e distribuição de mercadorias, propriedade da terra, bens e serviços urbanos, organizado sobre as condições específicas do trabalho camponês, que conjuga, dentro de sua propriedade, o binômio "trabalho para a obtenção de valores de troca", em produto comercial, e "trabalho para a obtenção de valores de uso", nos produtos para consumo próprio. A gestão se localiza dentro desse sistema de relações sociais, como poder exercido sobre os colonos, que envolve decisões pertinentes à implantação da base produtiva, na qual aquelas relações se tornam concretas.

2. Origem da Companhia Colonizadora e da Força de Trabalho da Gleba Celeste

O projeto agrícola da Gleba Celeste não é isolado dentro do movimento geral de colonização de terras desocupadas brasileiras.² Desde o século passado extensas áreas se tornavam produtivas pelo trabalho do pequeno agricultor, de origem estrangeira ou nacional, organizado em colônias agrícolas. Mais recentemente em meados desse século, a frente pioneira do norte e noroeste do Paraná tornou-se um fenômeno de proporções nacionais pelo volume de migrantes que atraiu. Em 1950, de um total de 2.124.266 migrantes, 45% se dirigiram ao Estado do Paraná (Navarro Swain, 1988, 27).

Monbeig (1984) estudou a frente pioneira no norte e nordeste do Paraná e o movimento colonizador, no qual o café foi o produto gerador da base produtiva e das relações de produção.

Das terras paulistas, o café migrou em direção ao sul, onde a empresa Companhias de Terras Norte do Paraná, de capitais ingleses (e posteriormente chamada de Companhia Melhoramento Norte do Paraná), além de outras empresas, lotearam mais de 500.000 alqueires³ para pequenos lavradores, envolvendo-se ainda, na construção de cidades, tais como Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama, Campo Mourão e Formosa do Oeste.

Ressalte-se, entretanto, que não foi somente a pequena propriedade a responsável pela produção de café, mas também a grande. Assim, em 1960, década em que a pequena propriedade mais cresceu no Paraná, apenas 6,5% das propriedades possuíam mais de 100 ha, entretanto ocupavam 53,9% da superfície do Estado (Navarro Swain, 1988, 29). Os sítiantes,⁴ que cultivavam a terra com a força de trabalho familiar, freqüentemente empregavam-se nas fazendas, completando seus rendimentos. Em outra modalidade de trabalho, os colonos e suas famílias residiam na própria fazenda.

O estancamento da frente pioneira do Paraná e o declínio do ciclo do café resultavam de decisões tomadas a nível federal, após a ascensão dos governos militares, em 1964. Houve toda uma série de incentivos para a erradicação dos cafezais, como maneira de evitar a queda dos preços. Dessa maneira, até 1975, os planos de eliminação reduziram em 47% as plantações de café (Navarro Swain, 1988, 30).

Entretanto, a reprodução do capital continuou, introduzindo-se cultivos temporários menos exigentes em mão-de-obra, com melhor cotação no mercado externo ou voltados para o consumo interno. Essa mudança na base produtiva acarretou novas relações de produção, com redução do trabalho assalariado e ênfase no trabalho familiar, com intensa mecanização. Durante o período de mudanças, cerca de 100.000 trabalhadores rurais perderam o emprego (Navarro Swain, 1988, 31). A soja dominou, por larga margem, os cultivos temporários do Paraná. Em 1960, eram plantados 5.643 ha, superfície que saltou para 3.007.841 ha, em 1980 (Navarro Swain, 1988, 31).

Este processo originou tanto uma força de trabalho desocupada quanto um capital comercial especializado em coloniza-

ção (compra e venda de terras e construção de cidades), que não mais encontrava oportunidade de ser reinvestido na área.

Formava-se, portanto o binômio capital/trabalho indispensável para projetos de colonização particular em outras regiões do país. O projeto de colonização da Gleba Celeste resulta da conjugação desses dois elementos, em consonância com o grande projeto do governo central em colonizar a Amazônia, consubstanciado no PIN.

Lançado na década de 70, o Plano de Integração da Amazônia foi o grande incentivador da colonização da Amazônia, com amplos financiamentos da SUDAM (Superintendência da Amazônia), Banco do Brasil, Prô-Terra,⁵ etc.

Como pano de fundo do movimento colonizador gerado pelo PIN, encontra-se o problema agrário brasileiro de acesso à terra. Em 1964, o primeiro governo militar empenhou-se em iniciar uma reforma agrária capaz de transformar em proprietários a grande massa de pequenos agricultores pobres, uma constante no cenário nacional, mas tornados mais numerosos com a modernização agrícola, na qual as antigas relações de trabalho, do tipo meagem e parceria, dissolvem-se, dando lugar ao trabalho assalariado. As dificuldades políticas encontradas para implantar a Reforma Agrária fizeram com que os sucessivos governos militares deslocassem a ênfase da reforma agrária em áreas consideradas de tensão social para a colonização em áreas despovoadas, como formas de integrá-las à economia nacional. Igualmente, de projetos que deveriam dar, para as populações pobres, acesso à terra, as intenções governamentais se deslocaram para privilegiar projetos particulares de colonização.

No bojo desse conjunto de variáveis, iniciaram-se, em 1972, as atividades ao Grupo Sinop S.A. (Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná) responsável pela colonização de Gleba Celeste e que já havia trabalhado na fronteira agrícola cafeeira do Paraná. Era, portanto, um daqueles capitais comerciais que esperavam ser reinvestidos, aos quais já fizemos referências.

Quando foi lançado o PIN, a empresa engajou-se na "conquista da Amazônia", procurando repetir, no norte do Mato Grosso, o mesmo esquema de comercialização para pequenos proprietários, como já o fizera no estado sulino.

No início da década de 70, a expansão do espaço brasileiro fazia-se num momento em que a terra tornou-se mercadoria rentável, utilizada como "reserva de valor" e possibilidades de investimentos de grupos nacionais e estrangeiros. A fronteira agrícola tornou-se cada vez mais mercantilizada e é neste esquema que se fez a articulação dos territórios da Amazônia Legal, incluindo aí o norte do Mato Grosso. Neste caso, o colono que pretendesse tornar-se proprietário devia integrar o circuito de dois mercados: o de terra e o de produtos rentáveis para pagar a propriedade adquirida. Dessa maneira, o próprio camponês já devia ter algum capital para fazer parte desse tipo de colonização, ou seja, já fazer parte, em seus locais de origem, de uma economia mercantilizada. Estas condições eram preenchidas pelos agricultores da antiga frente pioneira do café, no Paraná, principal força de trabalho a migrar para a Gleba Celeste, assim como colonos dos outros estados do Sul do País e de São Paulo, submetidos, também, estes, à minifundização e esgotamento da terra e à novas relações sociais advindas de modernização da agricultura.

Foi com estes colonos, basicamente, que se iniciou a colonização da Gleba Celeste, que terminou por envolver 600.000 ha no norte de Mato Grosso.

3. Formação e Momentos da Base Produtiva da Gleba Celeste

O Grupo Sinop, responsável pelo projeto, é um grupo capitalista moderno, que encara produtos agrícolas e industriais a serem desenvolvidos como formas efetivas de se inserir na divisão territorial nacional e internacional do trabalho. O comércio fundiário e a vinda dos colonos são operações mercantis que viabilizariam este objetivo, apoiado, incentivado e, principalmente dirigido pelas várias empresas do Grupo Sinop. O conglomerado é composto de Sinop Terras S.A., Sinop Agroquímica S.A., Imobiliária e Construtora Maringá Ltda., Agropastoril Celeste Ltda., Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais Ltda. Este conjunto monopoliza a compra e venda de terras, a propaganda realizada nos locais de recrutamentos dos colonos, a instalação dos lavradores, a agroindústria, a cooperativa, e, por fim, a vida política na área da colônia.⁶

Para tornar factível a proposta de colonização, a Gleba Celeste foi dividida em cinco partes de áreas rurais articuladas por centros de convergência de serviços e quatro núcleos urbanos: Vera, Santa Carmem, Cláudia e Sinop (mapa nº 2). As dimensões iniciais dos lotes variavam entre 12 e 100 ha, mas devido as várias transações imobiliárias já ocorridas, elas se aglutinaram ou repartiram sem restrições. O esquema de vendas de terras é simples: à vista ou à prazo, diretamente na Imobiliária (Sinop Terras, S.A.). No caso das vendas à prazo, os colonos pagam 50% de entrada, 25% no segundo ano e 25% no terceiro ano, com 60% de acréscimo aos preços iniciais. Ao adquirir a terra, o comprador passa a ser titular de uma cota de Cooperativa Mista Celeste Ltda., pagando uma taxa extra de 1% da aquisição efetuada.

Como os empréstimos bancários para produção só são feitos depois de quitado o lote e adquirido o título de propriedade, percebe-se bem a importância de capitalização prévia do camponês. Este, além, de ser o pequeno produtor direto das mercadorias que entram no circuito comercial, deve, também, prover os próprios meios de subsistência, assim como a formação do seu capital fixo, ou seja, trabalhar a terra a ponto de torná-la produtiva. Na região de matas do norte do Mato Grosso, este conjunto das atividades camponesas é altamente mercantilizado, pois é necessário adquirir um estoque alimentar antes que a terra produza, providenciar o desmatamento, compra de insumos, máquinas agrícolas, etc.

Para isso, o agricultor precisa de dinheiro acumulado que, de qualquer maneira, sempre é pouco. Para autofinanciar-se, vende a parte da mata a ser desbravada para serrarias ou vende parte de sua própria terra.

Se o pequeno produtor trabalha, principalmente, com capital próprio, o mesmo não ocorre com a colonizadora. O grupo empresarial é amplamente financiado pela SUDAM, Banco do Brasil e Pró-Terra. Os financiamentos abrangem todas as etapas do projeto: demarcação dos lotes rurais e urbanos, mapeamento, levantamento topográfico e infra-estrutura, como estradas rurais e prédios administrativos. A venda dos lotes, também, é financiada, pois o Banco do Brasil adianta à empresa o preço dos lo-

tes a ser posteriormente amortizado pelos agricultores. Em 1984, cerca de 80% dos lotes (4.000 lotes) estavam comercializados, mas apenas 20% ocupados e produzindo.

Neste primeiro momento da vida da colônia agrícola, a base produtiva regional era muito tênue e os lucros da empresa provieram, basicamente, da venda das terras. Mas, vendidos os lotes, tornou-se importante o domínio sobre a destinação do produto, para evitar lacunas no fluxo de lucros e prejuízos para a empresa. Dessa maneira, esta voltou-se para implantar um sistema que retira do produtor a possibilidade de decidir sobre a comercialização do seu produto, como a cooperativa e a agro-indústria, que monopolizam este setor, articulados a empresas governamentais como a CIBRAZEN.⁷

Assim, o grupo colonizador procurou introduzir um produto rentável, no qual aplicar o trabalho do camponês para a criação de valores de troca, seja em lavouras permanentes, como café, pimenta-do-reino, seringueira ou guaraná, seja em lavouras temporárias, como arroz, mandioca ou soja.

Como as lavouras permanentes exigem longo tempo de maturação desde o plantio até a entrada em produção (a seringueira, por exemplo, demanda 7 anos) tornaram-se inviáveis para pequenos agricultores, que necessitavam de dinheiro com urgência para fazer frente a seus compromissos. Acrescenta-se que encontraram, também, problemas de mercados facilmente saturáveis (pimenta do reino) e má qualidade do produto (café).

As lavouras temporárias mostram-se as mais rentáveis. O arroz se expandiu, pois é a primeira lavoura depois da abertura do campo. Para o pequeno produtor, não é exatamente uma fonte de lucro, pois a CIBRAZEM detém o monopólio de comercialização e compra o arroz a um preço mínimo fixado muito abaixo do preço mínimo capaz de fazer frente aos compromissos de financiamento.

A soja era, em 1984, o produto que mais esperanças despertava. O sucesso de lavoura em municípios vizinhos, a alta taxa de mecanização e os terrenos planos indicavam a soja como muito promissora. Em 1983, esse cultivo ocupava 3.800 ha e estimava-se, para 1984, cerca de 5.000 ha. A soja apresenta a vantagem de permitir uma inserção garantida da colônia na divisão internacional do trabalho, ao contrário dos outros produtos.

Porém, é no cultivo da mandioca que se pode perceber melhor a gestão das relações sociais do campesinato, associada às condições técnicas de cultivo, na tentativa de criar uma base regional num estágio mais elevado das forças produtivas, e a articulação da empresa a um projeto nacional de substituição de combustível fóssil por bioenergia, e através do Prô-Álcool.⁸

A usina de álcool amido proveniente da mandioca - Sinop Agro-Química (S.A.) - foi pensada inicialmente como uma produção pequena, cerca de 20.000 litros/dia, para atender as necessidades locais. Com o Prô-Álcool, a capacidade foi fixada em 150.000 litros/dia, durante 320 dias por ano. A usina foi construída pela empresa alemã Becker, de cuja filial o grupo Sinop detém 51% das ações. Em 1982, a usina produziu 4,9 milhões de litros/dia, cerca de 10% de sua capacidade. Para produzir os 150.000 litros propostos serão necessários 175.000 toneladas de mandioca por ano e uma área plantada de 33.000 ha.

As relações sociais do campesinato são parte importante da produção de álcool da usina. Primeiro, porque a mandioca é uma lavoura de difícil mecanização, pois sendo uma raiz, a colheita é manual, exigindo grande quantidade de mão-de-obra, obtida com o trabalho do colono e de sua família. Segundo, durante a época das chuvas⁹ a colheita da mandioca torna-se extremamente difícil e os prejuízos são assumidos pelo agricultor, que imobiliza seu campo em uma lavoura que nada lhe rende parte do ano. Terceiro, a mandioca é uma espécie muito frágil e o transporte em estradas de terra arruina boa parte do produto; como o preço é "na porta da usina", os danos havidos correm por conta do camponês. Quarto, faz-se a colheita da mandioca uma vez em cada dois anos, em média, e a terra precisa de descanso ou rotatividade de cultivo.

A empresa pretendeu transferir essas condições adversas do cultivo da mandioca para o grande número de agricultores da colônia, fazendo-os assumir os riscos e mantendo o controle do esquema de comercialização.

Entretanto, a exploração do camponês foi demasiada dentro do esquema de SAQ e houve recusa, por parte dos colonos, de manter o cultivo da mandioca nas proporções desejadas. Esta ati-

tude torna bastante claros os conflitos entre a empresa e a força-de-trabalho e também o fato de que a gestão não significa necessariamente sucesso no empreendimento, mas uma prática constante de domínio. Este, se falha momentaneamente em algum ponto, mostra-se eficaz em outros, como nas estratégias da cooperativa agrícola, a COMICEL.

De acordo com a legislação, a adesão ao cooperativismo é voluntário, mas no caso da Gleba Celeste, torna-se obrigatória. A empresa justifica sua atitude como maneira de ressarcir-se dos custos com a implantação de infra-estruturas, vinda de agrônomos e outros técnicos agrícolas, além da montagem do sistema de prestação de serviços aos lavradores, tais como transporte e venda dos produtos nos mercados e adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos associados (Oliveira, 1983). A cooperativa ainda intermedia o financiamento dos colonos junto aos bancos e cobra 2% do valor dos financiamentos. Quando recebe o financiamento, o colono se compromete a vender sua produção na cooperativa (Oliveira, 1983).

Como a cooperativa não dispõe de silos e armazéns para estocagem dos cereais, utiliza os armazéns da CIBRAZEM, cobrando do agricultor o aluguel pelo espaço, pelo tempo de produção armazenada e pela sacaria utilizada (Oliveira, 1983).

Finalmente, o sistema montado na Gleba Celeste se completa com os financiamentos bancários, cujos juros elevados, unidos a preços mínimos baixos, estabelecidos pelo governo federal, tira dos colonos as possibilidades de acumulação.

O resultado desse sistema de gestão, se é lucrativo para a empresa, mostrou-se extremamente desvantajoso para os colonos, ocorrendo inclusive perdas de propriedades por atraso nos pagamentos dos financiamentos ou retenção do pagamento do produto pela cooperativa.

Dentro desse sistema, montado sem fissuras, que abrange todas as fases do processo produtivo, desde a compra das terras, passando pelo plantio até a comercialização, o colono tem poucas opções: ou migra para outras áreas de fronteira; ou permanece dentro do esquema expropriatário, a espera de melhores dias; ou se articula à cidade, em empregos permanentes ou tem-

porários deixando a agricultura como atividade secundária. Esta última foi a encontrada pelos colonos considerados "bem sucedidos".

Desta maneira, organiza-se na cidade sede da colônia e posteriormente do município, Sinop, a economia urbana, com prestação de serviços, comércio, concentração dos aparelhos urbanos de controle rural (COMICEL, SAQ bancos, órgãos governamentais de apoio à agricultura), as indústrias (predominantemente madeireiras), o ensino e os serviços médico-hospitalares.

4. Sinop, a Cidade da Fronteira

As quatro cidades criadas pelo projeto agrícola de Gleba Celeste tiveram desenvolvimento desigual. Sinop desenvolveu-se muito, enquanto as outras, Vera, Santa Carmem e Cláudia pouco cresceram. A situação privilegiada de Sinop, única no norte do Estado às margens de Cuiabá-Santarém, foi fator importante de sua transformação em centro comercial, inserida dentro do processo de desenvolvimento regional e não apenas local. Em 1980, a população urbana era de 8.570 habitantes, e em 1985, de 40.000, ou seja, a população aumentou 5 vezes em cinco anos, evidenciando uma tendência explosiva à urbanização.

Entretanto, é difícil classificar teoricamente a cidade de Sinop. Cidade de camponeses. Certamente não, apesar de 19,8% de seus habitantes denominaram-se agricultores (tabela nº 1) e os outros, de alguma maneira, estarem ligadas às atividades agrícolas.

Por outro lado, se forem verificadas as receitas arrecadadas em impostos, como o ICM, percebe-se uma contradição a nível da rentabilidade das atividades do município, que criado em consequência de um projeto de colonização agrícola, não arrecada mais de 14% da receita de ICM em atividades rurais (tabela nº 2).

Propõe-se que Sinop seja abordada dentro de um processo de acumulação, que, como acentua Slater (1988, 101), engloba o urbano e o rural e que se torna fonte de concentração da totalidade dos meios de consumo coletivo e do modo particular de

TABELA 1 - Atividade de moradores urbanos - Cidade de Sinop -
Mato Grosso.

Total da amostra: 106 cadastros sócio-econômicos	
ATIVIDADES	%
1. Agricultura e pecuária	19,8
2. Indústria madeireira	5,7
3. Indústria da construção civil	14,6
4. Comércio	10,3
5. Serviços, administração e profissionais liberais	16,7
6. Atividades não qualificadas ou mal definidas	31,0
7. Aposentados	1,9
	100,0

FONTE: Prefeitura de Sinop - amostra do cadastro sócio-econômico - 1984.

TABELA 2 - Origem das receitas do ICM (1983) - Município de Sinop - Mato Grosso.

ATIVIDADES	%
Comércio	34
Indústria de extração vegetal	33,5
Indústria	16,5
Agricultura	14,5
Pecuária	1,5
	100,0

FONTE: Coordenadoria de Técnica Fiscal.

concentração da totalidade dos meios de reprodução do capital e da força de trabalho (Lojkin, 1981), dentro de uma divisão social do trabalho que coloca a região como agrícola.

Neste enfoque, Sinop é a própria modernidade espacial, que responde pela reprodução do ciclo da fronteira, exercendo a

função de gestão, pois, neste caso, não migraram só agricultores, mas toda uma estrutura social que se reproduz na fronteira agrícola. Inclusive a Igreja Católica fundou uma sede de bispado em Sinop e se envolve ativamente nos conflitos sociais da área. A cidade gere a força de trabalho que produz o excedente agrícola, pois não deve ser dado a quem produz o poder de decisão sobre o destino do excedente. Isto é feito pelas classes urbanas concentradas nos aparelhos de Estado ou nas empresas privadas, que administram a cidade e a área rural.

A burguesia que se formou ao mesmo tempo que a força de trabalho não é agrícola, mas essencialmente urbana e se afirma como executora de suas funções e daquelas próprias dos aparelhos de Estado. É por meio dessa classe social que o urbano e o rural se articulam profundamente entre si e à totalidade do espaço capitalista, formando o sistema de relações sociais que engloba produção, distribuição, propriedade da terra, bens e serviços urbanos e a gestão do espaço de fronteira. Dotada do "saber" sobre o mercado, produção, técnicas, etc, que falta à força de trabalho é a grande intermediária entre o capitalismo total e a região. Apesar de proprietária de terras rurais, a burguesia mora na cidade, que procura valorizar e modernizar como "locus" de sua reprodução.

Vista dessa maneira, o projeto urbano de Sinop é a grande perspectiva de lucros para o futuro, com o esgotamento paulatino das terras rurais. Estima-se que, mesmo com a terra já ocupada por 40.000 habitantes, haja uma reserva de lotes para venda durante os próximos vinte anos, continuando o mesmo ritmo de crescimento.

A ocupação do espaço urbano foi resultado de uma política voluntária desenvolvida pela empresa colonizadora a partir um plano em tabuleiro de xadrez (mapa nº 3), imposto a um terreno praticamente sem acidentes, desmatado impiedosamente.

No início da colonização, cada agricultor que comprasse um lote rural, recebia um lote urbano com a condição de construir residência dentro de noventa dias. Dessa maneira, dirigiu-se a ocupação para o centro da cidade, mantendo-se vazias as áreas periféricas. De um modo geral, facilitava-se a compra de terra, ao mesmo tempo que se mantinha um grande estoque fora do merca-

do. Devido a esta estratégia, foi possível uma prematura especulação com a terra urbana. Há falta de imóveis residenciais, grande quantidade de casas alugadas e os preços cobrados são muito elevados.

As práticas da empresa procuraram manter uma seletividade territorial programada, evitando que os lotes das áreas consideradas nobres (Setor Comercial, Setor Residencial Sul, Setor Residencial Norte, Setor Industrial) sejam invadidas ou mesmo adquiridas por trabalhadores braçais. Para tanto, foi criado o Bairro Operário (zona 02) e seus terrenos vendidos abaixo do preço de mercado. A seletividade é obtida, também, com as posturas municipais, que exigem em toda a cidade, área mínima de 46 m² para cada residência, pé direito de 3 m e afastamento da rua, excetuando-se no Bairro Operário, no qual estas posturas não vigoram.

Preserva-se a cidade para o futuro: as avenidas são largas e arborizadas, apesar das ruas não calçadas ainda; evita-se, a todo custo, a entrada de migrantes sem um mínimo de renda e segrega-se os trabalhadores dos quais a cidade necessita.

Ao mesmo tempo, como modo de concentração dos meios de reprodução do capital e dos meios de consumo coletivos, a cidade de Sinop, apesar de muito nova, é um exemplo de sucesso (tabela nº 3).

Apesar de todo este desenvolvimento e das expectativas criadas com a migração, verifica-se que a ideologia da fronteira como possibilidade de elevação de "status social" é, em grande parte, frustrante. Cada migrante permanece no mesmo ponto da escala social em que partiu de seu lugar de origem. A tabela nº 1 é bastante clara: 31% da força de trabalho urbana exerce atividades sem especificação: motoristas, domésticas, vigias, zeladores, etc, repetindo o modelo das cidades brasileiras, de ocupações no baixo terciário.

TABELA 3 - Atividades urbanas - Cidade de Sinop - Mato Grosso.

ATIVIDADES	Nº DE ESTABELECEMENTOS
Comércio por atacado	24
Comércio a varejo	298
Prestação de serviços	267
Indústrias	217
Bancos	5
Hospitais e centros de saúde	7
Escolas	5

FONTE: Prefeitura Municipal de Sinop - 1983.

Uma Breve Conclusão: Avaliação do Futuro da Força de Trabalho

A maioria dos migrantes urbanos de Sinop é originário do Paraná, ou teve ali sua última residência, como seria de esperar, visto que a colonização se destinava a eles e a Colonizadora e Imobiliária Sinop exerceu, durante longos anos, suas atividades neste estado. Encontramos ainda contingentes significativos oriundos de São Paulo, Mato Grosso do Sul e do próprio Mato Grosso. Os estados do Norte e Nordeste são muito pouco representados.

O histórico desses migrantes demonstra um passado de muitos deslocamentos, a maioria seguindo a frente pioneira do café. Vieram de Pereira Barreto, Birigui, Andradina, Júlio de Mesquita, Coroã e Santa Cruz do Rio Pardo, antigas frentes pioneiras de São Paulo; ou de Londrina, Maringá, Paranavaí, Apucarana, Umuarama e Campo Mourão, da frente pioneira do Paraná.

Avaliam as circunstâncias de sua vida atual como satisfatórias e a maioria pretende estabelecer-se definitivamente em Sinop, o que representa talvez mais um desejo do que uma possibilidade concreta, haja vista as migrações anteriores de cada um. A expectativa de melhores condições de vida parece, também, não se efetivar, pois, para todo o município de Sinop, as faixas de rendimento médio mensal de até 5 salários mínimos englobam 87,68% da população e entre 1 a 3 SM, encontramos 56,7%.

Enquanto isso, na faixa de mais de 20 salários mínimos está apenas 1,8% da população do município.

A realização da estabilidade está, para esses migrantes, diretamente relacionada ao sucesso de implantação de base econômica regional, o que merece algumas considerações.

A avaliação dos produtos cultivados em Sinop indicam o pouco sucesso obtido com um empreendimento que se diz agrícola. As lavouras permanentes, que permitiriam dentro da propriedade camponesa o binômio "trabalho para a obtenção de valores de troca", no produto comercial, e "trabalho para a obtenção de valores de uso" nos produtos para consumo próprio, e nestes, ainda um excedente comercializável para o consumo urbano, não se efetivou. As possibilidades futuras residem na soja e, por meio desse produto, empresa, cidade e campo inserirem-se esta-velmente na divisão territorial do trabalho. Os estímulos, como financiamento, por exemplo, apontam nesse sentido. Em 1981, a soja recebia apenas 0,5% do total dos créditos para a lavoura; em 1982, 3% e em 1983, 8% e os hectares, plantados, também aumentam.

Ao mesmo tempo, a ênfase do governo central nas exportações com o objetivo de pagamento da dívida externa, a alta taxa de mecanização do município e os terrenos planos, como já mencionamos, indicam a soja como a cultura de dinamização do empreendimento capitalista de Sinop. A questão que se coloca é: serão os atuais migrantes que permanecerão ou nova leva mais capitalizada os substituirá?

Entretanto, o sucesso ou não da base produtiva de Sinop não significa, para os migrantes, voltar ao lugar de origem. Todos tem nítida percepção de que não podem voltar, mas apenas "seguir para diante". A expressão usada por um deles é significativa: "daqui não se volta, só se vai para a frente".

Notas

1. O trabalho de campo, dentro do Convênio CNPq/ORSTOM/Departamento de Geografia - UnB foi realizado em 1984. Fizeram-se, portanto, dentro de um momento da colônia agrícola, da qual se procurou traçar um perfil histórico-espacial.

2. As terras são desocupadas e não "livres", visto que a legislação brasileira distingue terras particulares, objeto de propriedade privada, e terras públicas denominadas de "terras devolutas", objeto de propriedade pública. A legislação estabelece a compra como forma de aquisição das terras devolutas. Dessa maneira, o território nacional é sempre propriedade, seja privada, seja pública.
3. 1 alqueire corresponde a 2,5 ha.
4. Sítio é usado como sinônimo de pequeno agricultor que cultiva sua propriedade, também chamada de "sítio".
5. Pró-Terra - Programa de Redistribuição de Terras, criado em 1971, para suplementar as ações do PIN, voltado para obras de infra-estrutura social.
6. O município de Sinop é maior que a área ocupada pela colônia agrícola. Entretanto, sendo de certa maneira um enclave na região, as fazendas ao redor pouca relação tem com os órgãos da Prefeitura Municipal. As vias de transporte precárias também contribuem para a falta de integração das fazendas com os centros decisórios locais.
7. CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenagem.
8. Pró-Álcool - Programa Nacional do Álcool, criado em 1974, com o objetivo de financiar projetos que permitissem a utilização do álcool como combustível, após a crise do petróleo, de 1973. Posteriormente, foi ampliado para outros projetos.
9. As chuvas são bastante intensas na região, concentradas nos meses de novembro a abril. No ano de 1979, por exemplo, para a área da Gleba Celeste, ocorreram 789 mm de precipitação (Boletim Agroclimatológico. INEMET, Ministério da Agricultura, 1979).

Bibliografia

AUBERTIN, Catherine, BERTONE, Leonor & OLIVEIRA, Marília Peluso de. **Relatório de viagem em Sinop - maio de 1984.** Documento de trabalho. Departamento de Geografia, UnB, mimeo.

- BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- IBGE. Censo Demográfico mão-de-obra. Goiás e Mato Grosso, 1980.
- LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo**. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- NAVARRO SWAIN, Tânia. **Fronteiras do Paraná: da coloniza o   migra o**. In: AUBERTIN, C. (org.) **Fronteiras**. Brasília, Editora UnB, ORSTOM, 1988.
- OLIVEIRA, João Mariano de. **A esperança vem na frente: Contribui o ao estudo da pequena produ o em Mato Grosso, o caso Sinop**. Tese de Mestrado apresentada no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. Mimeo.
- OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. **Cidade e Gestão na fronteira agrícola**. Relatório de Pesquisa ao CNPq, Brasília, 1986. Mimeo.
- OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. **Cidade e Gestão na fronteira agrícola**. In: LAVINAS, Lena (Org.). **A urbaniza o da fronteira**. URFJ, Edi es Publipur, Vol. II, 1987.
- SLATER, David. **Capitalismo e urbaniza o na periferia. Problemas de interpreta o e análise referentes   América Latina**. In: **Espaço e Debates**. VIII. 23(1):96-111, 1988.